



APRESENTAÇÃO

Distopia na literatura e na arte contemporâneas: estéticas de resistência ou de submissão?

Ângela Maria Dias ^a 

Maria Aparecida Ribeiro ^b 

Atualmente, um dos vetores mais assíduos da criação contemporânea é constituído pela distopia que não é percebida apenas como projeção futura de perspectivas sombrias mas, ao contrário, concebe-se como recriação estética do presente, numa atualidade problemática e assolada por sequelas e ameaças prementes, tanto tomadas internacionalmente, quanto igualmente localizadas no cotidiano do homem comum.

Assim, desfila um cortejo de males emoldurados pela saturação tecnológica ou ainda pela deriva evolutiva da tecnologia que, de acordo com o filósofo Lyotard, avança numa direção inumana, ou radicalmente não comprometida com o bem-estar do homem no mundo: escassez de alimentos, superpopulação, aumento da violência urbana, desigualdade crescente, consumismo e padronização excessivos, difusão de tendências políticas autoritárias e, ainda para agravar o momento, a crise ambiental que afeta o planeta.

No aguçamento desse quadro desolador, a dominação de um mercado global capaz de orquestrar corporações transnacionais enfraquece a ingerência nacional da realidade econômica e a constrange a participar de uma máquina mundializada de produção de valores, intransitiva a

^a Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Estudos de Literatura, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: angelmtdias@gmail.com

^b Universidade de Coimbra, Centro de Literatura Portuguesa, Coimbra, Portugal.
E-mail: aparecida@mail.telepac.pt

Como citar:

DIAS, A.M.; RIBEIRO, M.A. Dystopia in Contemporary Literature and Art: Aesthetics of Resistance or of Submission? *Gragoatá*, Niterói, v.26, n.54, p. 451-461, 2021.
<<https://doi.org/10.22409/gragoata.v26i55.49847>>

quaisquer outras injunções. Ao aprofundar esse diagnóstico, Featherstone (2017) argumenta que a crise de 2008 comprovou o quanto o sistema econômico global é rigorosamente pautado por interesses de classe. E, por isso mesmo, argumenta que as principais características do sistema neoliberal mundializado são a defesa e o controle do perigo que emerge das margens, o que o leva a considerar que a oposição ao outro constitui o traço definidor do racismo capitalista e do seu inerente “cinismo negro”, diante da irredutibilidade da violência que o caracteriza. Na demonstração desse potencial conflitivo, o pensador sugere que o “precarizado”, nomeado por Standing¹ para denominar a situação da maior parte da pequena burguesia, por conta da imersão no jogo capitalista, emerge como o futuro distópico da atual economia globalizada.

¹Esse autor é citado por Featherstone. Há uma tradução brasileira de sua obra sobre “precarizado”. Ver nas referências finais.

Em plena sintomatologia dessa atualidade adversa, Featherstone aponta, nas sociedades atuais, a emergência de “tendências tanatológicas” manifestas por parte dos excluídos da sociedade da abundância, na promoção de massacres em escolas e outros locais coletivos (FEATHERSTONE, 2017, p.300). Nesse mundo de competição e velocidade incessantes, a violência e a desigualdade são moralmente justificadas pelos vencedores, e o medo do outro é sublimado pela obsessão com segurança e defesa (FEATHERSTONE, 2017, p. 322). A anormalidade da anomia torna-se então o paradigma da convivência social, aliás, como bem o reconhece Loyola Brandão, ao citar Euclides da Cunha como uma das epígrafes do seu último romance: “As balas que passavam, raras [...] Ninguém as percebia mais [...] como não impressionavam os tiroteios fortes que ainda surgiam [...] A vida normalizara-se naquela anormalidade.” (CUNHA, *apud* BRANDÃO, 2018, s. p.).

Conforme observa Featherstone (2017, p. 432), a ironia da obsessão contemporânea com segurança é a sua tendência a degenerar em totalitarismo e regressão ao útero, em sociedades insularizadas e niilistas. No âmago desse quadro perverso, as formações sociopolítico e culturais perdem a razão de ser, e desaparece o estímulo à criação de um horizonte futuro propício à descendência.

Tal descrença conduz a posturas particularistas e localistas contra as tendências produtivistas e os modelos tecnocientíficos, prevalentes na deriva da globalização. Nesse

quadro reativo, Sloterdijk (1999, p.67) surpreende a emergência de “combates seculares entre as regiões do mundo moderno-globalizadoras e as conservadoras-resistentes”

Essas guerras, segundo Sloterdijk, indiciam “as crises de mudanças de forma no mundo” (1999, p. 73), o que acaba por produzir totalitarismos, na medida em que “o grande Estado” se transforma em “campo de batalha” (1999, p. 80). Por isso, o pensador alemão considera que a “hiperpolítica” ou “a implantação de uma política para uma era sem impérios” deve fazer “exigências à arte do pertencer-se” (1999, p. 82) ou ainda à “cultura, compreendida como tarefa [...] para a conservação do continuum étnico.” (1999, p. 74).

Nessa linha, Sloterdijk (1999, p. 82-85) passa em revista, na história da humanidade, os dois estágios do fenômeno que denomina “insularização”: o primeiro, definido “como secessão da humanidade-horda da Velha Natureza”; o segundo, entendido como “a utilização nas grandes civilizações, do homem pelo homem, típica da ascensão da sociedade de classes”. Anuncia ainda o autor (1999, p. 86-87), uma terceira insularização, compreendida enquanto produção de “um individualismo como que pós-social”, pelo aproveitamento de indivíduos resultantes das ilhas “ricas”, que reivindicam “uma grande medida de privilégios sociais.”. Tal espécie de indivíduos “leva sua vida como consumidor final de si mesmo e suas chances”, independente da prospecção de qualquer futuro (Sloterdijk, 1999, p. 89).

A fim de caracterizar melhor esse atual estado de coisas, Sloterdijk (1999, p.90-91) invoca as formulações recentes de “eco-economistas progressistas”, sintomáticas do que considera o maior dano do industrialismo à vida social: “a ideologia de uma produtividade não-reprodutiva, o que equivale a uma variante econômica do diagnóstico do niilismo.”

Em outras palavras, tais cientistas trabalham com evidências de que o produtivismo desenfreado do capitalismo não conseguirá recuperar as reservas e os recursos naturais e humanos que despende. E, nessa progressão, o que se anuncia, caso não haja uma radical mudança nessa deriva, é justamente o esgotamento das riquezas e possibilidades da natureza e do homem para sobreviver com dignidade.

Em contraponto ao “último homem” ou ao “indivíduo sem retorno”, Sloterdijk (1999, p. 92) propõe para a “hiperpolítica”,

“a missão de fazer da massa dos últimos uma sociedade de indivíduos que aceitam continuar desempenhando o papel de intermediários entre ascendentes e descendentes.”

Em outro diapasão, Featherstone (2017, p. 51) apoia-se no aproveitamento que Antonio Negri faz do conceito spinoziano de multidão, para abordar a potência da humanidade de exceder toda estrutura organizada contra suas perspectivas futuras. E, a fim de definir os objetivos de seu livro, *Planet utopia: utopia, dystopia and globalisation*, considera a política global contemporânea pelas lentes psicanalíticas de Winnicott, que, a partir de Tagore, vê a liminaridade do litoral diante do mistério do mar como posição de criatividade e segurança e, nesse sentido, pensa a possibilidade de nosso privilegiado lugar reflexivo, diante da situação de insegurança social e econômica da maior parte da população mundial.

Perante essa conjuntura adversa, o autor sugere um modelo esquerdista do que nomeia de *minor utopia*, no qual o trabalho e a produtividade humanos são entendidos em termos de satisfação de necessidades, em detrimento da busca do lucro abstrato e da conseqüente destruição da biosfera planetária. Certamente esta *minor utopia* poderia ser aproximada da “hiperpolítica” de Sloterdijk.

Afinal, são hipóteses que buscam, no cerne da mais funda distopia, uma fresta utópica. Entretanto, nem todos apostam ainda na hipótese de uma abertura, já que, na atualidade, muitos sintomas de uma positividade inóspita se avolumam.

Eagleton (1994, p. 54), por exemplo, ao considerar o pós-modernismo como “uma terrível paródia da utopia socialista”, tende a repensar o conceito de utopia, não mais como “algum *telos* remoto mas, surpreendentemente, como nada mais que o presente em si mesmo, repleto como é [...] e sem o mais leve traço de ausência”. E isso porque o pensador acredita que o futuro, “sob a forma de tecnologia, já está aqui, em exata sincronia com o presente” (1985, p.54).

Assim, para o pensador inglês, na estética do pós-modernismo, “arte” e “vida” se misturam, de maneira radical, ao integrarem-se visceralmente no capitalismo tardio, sob a “forma da mercadoria que já está investida de fascinação estética, num circuito fechado.” (EAGLETON, 1994, p. 55).

Justamente o caráter vicioso e intransitivo da atual conjuntura, sem *eschaton*, e, por isso, irremediável, leva Franco

Berardi, da mesma forma que Sloterdijk, a conjecturar “uma crise da transmissão da hereditariedade cultural e política do século XX às gerações que se formam em um ambiente tecnológico e comunicativo completamente transformado”. Trata-se, segundo o pensador italiano, não de um conflito geracional, mas de uma “crise da transmissão cultural na passagem das gerações alfabético-críticas às gerações pós-alfa, configuracionais e simultâneas.” (BERARDI, 2019, p. 149).

Justamente este liame intergeracional, no bojo de um presente expandido e inflado num futuro que não cessa, no qual a tecnologia engolfa todos os espaços convivenciais, torna-se problemático em decorrência da mudança de paradigmas, pois o decisivo nessa transição é “a passagem da mente conjuntiva à mente conectiva”, já que “a conexão é interface de entidades compatíveis” e “a conjunção é contato entre corpos [...] que trocam sinais ambíguos incrustados de matéria fônica visual e emocional” (BERARDI, 2019, p. 148).

Tal dificuldade na continuidade cultural, que se nutre de estabelecimento de elos, talvez seja prevista no horizonte por conta de um certo mal-estar difuso na contemporaneidade, em que todos se sentem meio insulados e, simultaneamente, reféns de uma sociabilidade comunicacional, exibicionista e sem substância, na qual o maior apelo é sempre aparecer. Nesse espaço híbrido, em que o público se privatiza e o privado é desafiado à contínua exposição, a tentação narcisista aflui, e os rostos, despojados de pudores reflexivos, desvelam-se, na ânsia de mirar-se inebriados no brilho fluido das vitrines midiáticas.

E aqui a afirmativa de José Castello, ao prefaciar *A ética e o espelho da cultura* de Jurandir Freire Costa, toma seu lugar, como uma espécie de palavra de ordem da vida social na atualidade globalizada: “O espelho de Narciso é o presente tornado destino” (CASTELLO, 1995, p.13).

Ainda a respeito dessa pauta distópica, Jill Lepore publica um artigo, em 2017, na revista *The New Yorker*, no qual, além de fazer um bom levantamento das grandes criações ficcionais do século XX, sem esquecer de mencionar os fundadores do gênero, levanta questões de fundo sobre tal modalidade de visão e criação artística. Nesse sentido, inicialmente aborda o vínculo dialético entre distopias e utopias, argumentando que as primeiras são como os trovões que sucedem os clarões dos relâmpagos.

Justamente porque as promessas utópicas e progressistas, embutidas em sociedades planificadas, escondem a ameaça à liberdade, inerente ao aceno da perfeição, as distopias passaram a ser vistas como ficções de resistência. Entretanto, conforme postula a ensaísta, na atualidade sombria do século XXI, o gesto distópico apenas se alimenta do medo do futuro e induz à submissão, ao vazio da esperança. O prolongamento de tal encruzilhada polêmica constitui precisamente o objetivo desta edição da revista *Gragoatá*.

Se a controvérsia é inevitável, o seu legado fica sinteticamente expresso na reflexão exposta no artigo de Lepore. Até que ponto, como sugere a ensaísta, a “literatura do desespero político” e/ou da ruína ecológica pode ser vista como resistência e crítica ao que existe ou, ao contrário, não funcionaria como sintoma de conformismo e aceitação do inevitável?

O presente dossiê pretende debruçar-se sobre tais hipóteses e, na medida do possível, apresentar diferentes reflexões numa perspectiva pluralista.

Nessa direção, alinham-se artigos com diferenciados enfoques da atualidade artístico-cultural: alguns adotam a abordagem interartes, outros se dispõem a abordar literaturas estrangeiras, enquanto os demais preferem as literaturas e outras produções em língua portuguesa, nas variantes brasileira, portuguesa propriamente dita e angolana.

Assim, Ricardo Fabbrini, em “Outros espaços nas artes visuais”, propõe-se examinar a dimensão distópica, figurada como sociedade de controle, nas obras visuais do artista alemão Harun Farocki, do chinês Ai Weiwei e do espanhol Antoni Muntadas. E, por fim, ao utilizar a noção de heterotopia de Michel Foucault para caracterizar o poder de negatividade de certa arte contemporânea, debruça-se sobre as instalações do artista argentino Rirkrit Tiravanija.

Por sua vez, André Carvalho, em “Utopia e distopia na obra de David Simon”, discute os elementos utópicos e distópicos nas séries televisivas escritas ou produzidas pelo autor, dando relevo à *The Plot Against America*, adaptação do romance homônimo de Philip Roth. Carvalho adota, na discussão do seu *corpus*, um enfoque da utopia vinculado aos valores do trabalho, da família e da social-democracia,

compatível com as convenções do seriado dramático televisivo contemporâneo.

Gontijo Rosa e Beth Brait dedicam-se a estudar “Variações materiais, manutenções de forma e conteúdo: distopias infanto-juvenis”, na medida em que visam a legitimar a distopia como um gênero que coloca criadores e auditório em diálogo profundo sobre as condições sociais em que vivem. Nessa direção, examinam conteúdo, materialidade textual e forma, segundo a teoria bakhtiniana, para concluir que, no texto distópico, o objeto estético reverbera nos âmbitos éticos e cognitivos de sua realidade.

Sonia Torres, em “Distopia no Antropoceno ou re(a) apresentando o interregno”, examina um corpo ficcional em língua inglesa, visando a discutir diferentes cenários distópicos e suas representações da expansão dos mecanismos do capitalismo e a penetração destes no próprio tecido social. Justamente por essa razão, a autora conclui que, no âmbito da distopia, são poucos os criadores que se arriscam a esboçar uma sociedade pós-capitalista, finalizando, por isso, o ensaio pela discussão da obra *Walkaway* do canadense Cory Doctorow, na qual a contranarrativa à ordem hegemônica parte de uma nova forma de organização do trabalho e da comunicação.

Nunes Menegotto, por seu turno, no ensaio “ ‘Não aconteceu assim’ o papel das inconsistências narrativas na distopia *The handmaid’s tale* de Margaret Atwood”, analisa o seu *corpus* sob a perspectiva da (in)confiabilidade das narrativas. Nessa linha, ao considerar o romance, explora a maneira pela qual ele se engaja, simultaneamente, com as noções de desespero e de esperança, que estão imbricadas na escrita distópica.

Eduardo Marks de Marques tem em vista no seu texto, “Sobrevivência por promessa: ficção distópica como denúncia do Capitaloceno”, o debate sobre a ficção distópica dos últimos quarenta anos como reveladora das ansiedades sociopolíticas do presente, em consequência da forma de organização capitalista. Assim, com base no exame de vários romances distópicos modernos e contemporâneos escritos em inglês, o autor discute a consideração desse tipo de produção como um gênero autônomo e igualmente enquanto diagnóstico da perversidade inerente à dinâmica socioeconômica dominante no mundo atual.

Rosário Neto Mariano, em “Distopias políticas em modo antro-po-zoomórfico: universos sombrios do pós-humano em textos ficcionais de Orwell e Ionesco”, visa à reflexão sobre a variante política do universo da distopia e à sua figuração na literatura de cunho antro-po-zoomórfico, na qual se delineia uma denúncia dos falsos paraísos pós-humanos.

Num universo diferenciado dos anteriores, Carmen Lúcia Tindó Ribeiro Secco, em “Apocalipses e catástrofes: o lugar da distopia em narrativas contemporâneas da literatura e do cinema angolanos”, reflete acerca de temporalidades distópicas, presentes na produção ficcional de Angola de intenções alegóricas, a fim de questionar os significados e o lugar da crítica de resistência nesses tipos de narrativas.

Por seu lado, Solange Evangelista, no ensaio “Angola, me diz ainda a coisa falsa que é distopia”, debruça-se sobre o livro de poemas de José Luis Mendonça, voltado para a representação lírica da constelação de imagens que descortinam o sonho utópico angolano não realizado. Para tanto, a autora ausculta os rastros poéticos de resistência ao conformismo, caracterizando-os como “centelhas de esperança”, para revelar ao leitor o outro lado da distopia, sua promessa de transformação.

No domínio da produção brasileira, Lima Torres e Santos Rocha, em “Crônica de uma resistência anunciada: os traços da distopia crítica em *Bacurau*, de Kléber Mendonça Filho e Juliano Dornelles”, examinam o seu potencial desestabilizador, na medida em que o filme avaliza o ímpeto de resistência enraizado na comunidade isolada que se levanta contra os seus invasores. Nesse sentido, a dupla de autores enfatiza a importância histórica de uma tradição de lutas, exposta na textualidade híbrida da película que, na chave dispersiva do distopianismo, condensa simultaneamente vetores de fantasia, romance histórico e ficção científica.

Ainda na pauta brasileira da produção recente, Maria Conceição Monteiro, no artigo “A revolta das mulheres sacrificadas”, realiza uma interpretação do romance *Mulheres Empilhadas* (2019), de Patrícia Melo, caracterizando-o como uma narrativa inspirada por uma poética gótico-distópica. Por esse ângulo, a ensaísta aborda o conceito de monstruosidade como uma “potencialidade de atuação multifacetada” que, uma vez incorporada, motiva o corpo feminino a confrontar a

prescrição. Por isso, a distopia gótica passa a ser pensada como “uma poética da transformação e de transposição de divisas de gênero, para questioná-las”.

Fechando o segmento da produção brasileira, Ana Kiffer, no texto “Distopia, angústia de aniquilamento e a radical poética das relações”, pensa a noção contemporânea de distopia no contexto específico da formação das sociedades coloniais, para acrescentar, por meio do contraponto entre os conceitos de angústia de aniquilamento e da poética de relação, a possibilidade de surgimento de modos de criação de espaços literários utópicos e heterotópicos, no contexto das sociedades pós-coloniais. Nesse propósito, elege como *corpus* comparativo duas obras de Carolina Maria de Jesus e *A Paixão segundo GH* (1964), de Clarice Lispector, além do texto poético, ficcional e teórico *A Barca Aberta* (1990), de Eduardo Glissant.

Por fim, num dos textos voltados para criações da literatura portuguesa, Regina Zilberman, em “O Ano de 1993: distopia e direitos humanos”, com base num cotejo entre o poema de José Saramago (1975) e um quadro de Salvador Dalí, situa a obra do autor português como uma distopia cujo prólogo a identifica com a poética surrealista, de teor onírico, e não realista, ao contrário da tendência normalmente associada a esse tipo de criação. Por outro lado, a autora objetiva demonstrar, nesse texto do escritor português, a confluência entre os territórios conceituais antiutópicos e o exercício das políticas em nome dos direitos humanos.

No último ensaio do presente número de *Gragoatá*, igualmente dedicado à autoria portuguesa, Ângela Beatriz de Carvalho Faria interpreta a obra *Paisagem com Mulher e Mar ao Fundo*, de Teolinda Gersão, como uma cena vívida em que o confronto entre a distopia de uma aldeia à beira-mar, dominada por um governo autoritário, e a utopia de uma súbita revolta popular consegue mobilizar uma *práxis* redentora. Trata-se da imaginação do possível, em sua potência de ação, contra uma circunstância insuportável. Nesse sentido, o fluxo das ondas do título do artigo aponta decisivo para uma expectativa obscura e imprevista da distopia.

A terminar este número, a revista oferece ainda uma resenha do livro *Limite*, de Luís Costa Lima, escrita por Eduardo da Silva Freitas.

Esperamos que os leitores possam ser positivamente surpreendidos por essa vitrine polêmica de perspectivas e abordagens inusitadas e expectantes.

REFERÊNCIAS

BERARDI, Franco. *Depois do futuro*. Translated by Regina Silva. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

BRANDÃO, Ignácio de Loyola. *Desta terra nada vai sobrar a não ser o vento que sopra sobre ela*. São Paulo: Global, 2018.

CASTELLO, José. Prefácio. In: COSTA, Jurandir Freire. *A ética e o espelho da cultura*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1995. p. 9-16.

EAGLETON, Terry. *Capitalismo, Modernismo e pós-modernismo*. Translated by João Roberto Martins Filho, Revisão Técnica. Tânia Pellegrini. In: *Crítica Marxista*. São Paulo: IFCH Unicamp, n.1, agosto 1994. p. 53-68.

FEATHERSTONE, Mark. *Planet utopia: utopia, dystopia and globalization*. London & New York: Routledge, 2017.

LEPORE, Jill. "A golden age for dystopian fiction." In: *The New Yorker*. Available at: <https://www.newyorker.com/magazine/2017/06/05/a-golden-age-for-dystopian-fiction>. Accessed on 3 Jan 2021.

LYOTARD, Jean-François. *La condition postmoderne – rapport sur le savoir*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1979.

STANDING, Guy. *O precariado: a nova classe perigosa*. (Invenções Democráticas, v. IV). Translated by Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

SLOTERDIJK, Peter. *No mesmo barco: ensaio sobre a hiperpolítica*. Translated by Claudia Cavalcanti. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

Ângela Maria Dias é professora de literatura brasileira e literatura comparada da UFF, ensaísta, crítica literária e pesquisadora do CNPq. Mais recentemente, em 2019, editou a coletânea de vários autores, *Ficção e travessias: uma coletânea sobre a obra de Godofredo de Oliveira Neto* e um conjunto de ensaios literários de sua autoria, com o título de *Linhagens performáticas na literatura brasileira contemporânea*, ambos pela editora 7Letras (Rio de Janeiro), sendo que o último volume, também com o apoio do CNPq.

Maria Aparecida Ribeiro é Mestre e Doutora em Literatura Portuguesa pela UFRJ. Lecionou na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora Convidada da Universidade de Coimbra, onde fez provas de Agregação, dirigiu o Instituto de Estudos Brasileiros e coordenou o Projeto Tempus.. Investiga as relações entre as Literaturas de Língua Portuguesa, além das representações de Camões como personagem dramática. Autora de obras nessas áreas, é membro colaborador do CLEPUL e do CIEC, além de membro integrado do Centro de Literatura Portuguesa .